

Oversæt

Fra: Portugisisk ▼

Vis: Oversættelse

Oprindelig udgave

Til: Engelsk ▼

[Acórdãos 1 RL](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa

Processo: 1783/20.7T8PDL.L1-3
 Relator: MARGARIDA RAMOS DE ALMEIDA
 Descritores: HABEAS CORPUS
 INTERESSE EM AGIR
 SARS-COV-2
 TESTES RT-PCR
 PRIVAÇÃO DA LIBERDADE
 DETENÇÃO ILEGAL

Nº do Documento: RL
 Data do Acórdão: 11/11/2020
 Votação: UNANIMIDADE
 Texto Integral: S
 Texto Parcial: N
 Meio Processual: RECURSO PENAL
 Decisão: NEGADO PROVIMENTO
 Sumário:

I. A ARS não pode recorrer de uma decisão que ordenou a libertação imediata de quatro pessoas, por detenção ilegal, no âmbito de um processo de *habeas corpus* (artº 220 als. c) e d) do C.P.Penal), pedindo que seja validado *o confinamento obrigatório dos requerentes, por serem portadores do vírus SARS-CoV-2 (A....) e por estarem em vigilância activa, por exposição de alto risco, decretada pelas autoridades de saúde (B..., C.... e D.....)* por não ter legitimidade, nem interesse em agir.

II. O pedido formulado seria, igualmente, manifestamente improcedente porque:

A. A prescrição e o diagnóstico são actos médicos, da exclusiva responsabilidade de um médico, inscrito na Ordem dos Médicos (Regulamento n.º 698/2019, de 5.9).

Assim, a prescrição de métodos auxiliares de diagnóstico (como é o caso dos testes de detecção de infecção viral), bem como **o diagnóstico quanto à existência de uma doença, relativamente a toda e qualquer pessoa, é matéria que não pode ser realizada por Lei, Resolução, Decreto, Regulamento ou qualquer outra via normativa**, por se tratarem de actos que o nosso ordenamento jurídico reserva à competência exclusiva de um médico, sendo certo que este, no aconselhamento do seu doente, deverá sempre tentar obter o seu consentimento esclarecido (nº1 do artº 6º da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos).

B. No caso que ora nos ocupa, não há qualquer indicação nem prova, de tal diagnóstico ter sido efectivamente realizado por profissional habilitado nos termos da Lei e que tivesse actuado de acordo com as boas práticas médicas. Efectivamente, o que decorre dos factos dados como assentes, é que nenhum dos requerentes foi sequer visto por um médico, o que se mostra francamente inexplicável, face à invocada gravidade da infecção.